

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.266 - SP (2017/0082674-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : **MITSUMORI SODEYAMA**  
**ADVOGADOS** : **RICARDO INNOCENTI - SP036381**  
                  **MARCO ANTÔNIO INNOCENTI - SP130329**  
**ADVOGADA** : **ANA REGINA GALLI INNOCENTI - SP071068**  
**ADVOGADA** : **KARINA PENNA NEVES E OUTRO(S) - SP235026**  
**RECORRIDO** : **FUNDAÇÃO CESP**  
**ADVOGADOS** : **ADRIANA DE CARVALHO VIEIRA E OUTRO(S) - SP128769**  
                  **LAMIS BATISTA DIAS E OUTRO(S) - SP348618**  
**INTERES.** : **CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação de obrigação de fazer, decorrente do descumprimento de contrato de previdência privada.
2. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
5. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
7. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por MITSUMORI SODEYAMA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Ação:** de obrigação de fazer, ajuizada pelo recorrente, em face da

FUNDAÇÃO CESP e da CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, na qual requer sejam as rés compelidas a se absterem de interromper a suplementação do benefício previdenciário do recorrente.

**Sentença:** julgou improcedente o pedido.

**Acórdão:** deu provimento à apelação interposta pelo recorrente, por maioria, para determinar que a recorrida se abstenha de cessar o benefício.

**Embargos infringentes:** interpostos pela recorrida, foram acolhidos, para julgar improcedente o pedido, nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS INFRINGENTES FUNDAÇÃO CESP  
RESTABELECIMENTO DE SUPLEMENTAÇÃO DE  
APOSENTADORIA - Pretensão do embargado de recebimento  
cumulativo de complementação e suplementação de aposentadoria  
Impossibilidade Vedação expressa Benefícios com finalidade idêntica  
Precedentes do STJ e deste Tribunal Embargos infringentes acolhidos.

**Embargos de declaração:** Interpostos pelo recorrente, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 1º, 16, § 2º, e 68, §§ 1º e 2º, da LC 109/2001; 42, VII, e § 5º, da Lei 6.435/77; 20, VII, do Dec. 81.240/78; 6º, §§ 1º e 2º, da LICC; e 535, I e II, do CPC/73; bem como dissídio jurisprudencial. Assevera que a recorrida não pode se abster de prestar ao recorrente o benefício a que se obrigou por força do contrato de previdência privada.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

**- Julgamento: aplicação do CPC/73**

**- Da violação do art. 535 do CPC/73**

A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial. Aplica-se, neste caso, a Súmula 284/STF.

**- Da fundamentação deficiente**

Os argumentos invocados pelo recorrente não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 1º, 16, § 2º, e 68, §§ 1º e 2º, da LC 109/2001, 42, VII, e § 5º, da Lei 6.435/77, 20, VII, do Dec. 81.240/78 e 6º, §§ 1º e 2º, da LICC.

**- Da existência de fundamento não impugnado**

O recorrente, em relação à suplementação da aposentadoria, não impugnou os seguintes fundamentos utilizados pelo TJ/SP:

O direito adquirido a que faz jus o autor é de obter renda correspondente à diferença entre o valor da aposentadoria da Previdência e seu salário de atividade, de forma que, continuando a receber esta renda por meio de complementação determinada pela sentença transitada em julgado, ficou respeitado seu direito adquirido.

A questão de ter vertido contribuições de suplementação para a Fundação CESP não o autoriza automaticamente ao recebimento do duplo benefício previdenciário, diante da vedação referida.

Merece ficar anotado, ainda, que o plano de suplementação de aposentadoria para o qual contribuiu o embargado não se formou somente com as suas contribuições, razão pela qual não pode tal plano ser considerado como de previdência privada na sua forma pura.

Assim, não impugnados esses fundamentos, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, neste caso, a Súmula 283/STF.

**- Da Súmula 568/STJ**

O TJ/SP, ao decidir que a manutenção da cumulação dos benefícios resulta em oneração do Poder Público, patrocinante em duplicidade, ou dos demais participantes onerados em razão da necessária manutenção do equilíbrio atuarial - situação que ofende a lógica essencial do sistema previdenciário fechado, alinhou-se ao entendimento do STJ quanto à matéria. Nesse sentido: REsp 1.533.195/SP, 3ª Turma, DJe de 29/04/2016;

AgInt no AREsp 1.046.219/SP, 3ª Turma, DJe de 22/11/2018 e REsp 811.416/SP, 3ª Turma, DJ de 04/12/2006.

***- Da divergência jurisprudencial***

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1.029, § 1º do CPC/15 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, , CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora